Revista Conhecimento Contábil
DOI:
ISSN: 2447 - 2921

Implementação das IFRS S1 e S2 no relato de sustentabilidade: evidências e desafios

Implementation of ifrs S1 and S2 in sustainability reporting: evidence and challenges

Ivaneide Medeiros Ferreira
ivaneidemedeirosferreira@gmail.com

Resumo

Este artigo objetivou analisar, por meio de uma revisão sistemática da literatura, como as normas IFRS S1 e IFRS S2 vêm sendo implementadas no *reporting* de sustentabilidade. Metodologicamente, o estudo seguiu as diretrizes do PRISMA 2020, com busca estruturada em bases internacionais, resultando em um corpus final de 23 estudos (2024–2026). Os achados evidenciam que a adoção das IFRS S1/S2 ocorre de modo incremental e heterogêneo, predominando conformidade formal e incorporação parcial, com avanços em governança e estratégia. Entretanto, persistem fragilidades críticas na mensuração, comparabilidade, verificabilidade e, sobretudo, em métricas e metas, o principal gargalo para a utilidade decisória. Na IFRS S2, enfatiza-se riscos de transição, mas aponta dificuldade em traduzir riscos climáticos em impactos financeiros quantificáveis, mantendo um *gap* entre reporte e decisão. Como contribuições, o estudo consolida evidências recentes, organiza lacunas e oferece subsídios para reguladores e organizações aprimorarem a qualidade do *disclosure*.

Palavras-chave: IFRS S1. IFRS S2. *Disclosure* de Sustentabilidade

Abstract

This article aimed to analyze, through a systematic literature review, how IFRS S1 and IFRS S2 have been implemented in sustainability reporting. Methodologically, the study followed the PRISMA 2020 guidelines, conducting a structured search in international databases, which resulted in a final corpus of 23 studies (2024–2026). The findings indicate that the adoption of IFRS S1/S2 occurs in an incremental and heterogeneous manner, with formal compliance and partial incorporation predominating, alongside advances in governance and strategy. However, critical weaknesses persist in measurement, comparability, verifiability, and, above all, in metrics and targets, representing the main bottleneck for decision usefulness. Regarding IFRS S2, the literature emphasizes transition risks but highlights difficulties in translating climate-related risks into quantifiable financial impacts, maintaining a gap between reporting and decision-making. As contributions, the study consolidates recent evidence, organizes existing gaps, and provides guidance for regulators and organizations seeking to enhance disclosure quality.

Keywords: IFRS S1; IFRS S2; Sustainability Disclosure

1 Introdução

Este estudo parte do entendimento de que o reporte corporativo de sustentabilidade deixou de ocupar uma posição acessória e passou a integrar, de forma estrutural, o sistema de informações utilizado para avaliar o desempenho organizacional e a geração de valor no longo prazo. Essa mudança não se restringe à ampliação do volume de divulgações, mas reflete a incorporação progressiva de critérios de padronização, comparabilidade e relevância econômica, que reposicionam as informações ambientais, sociais e de governança como

elementos informacionais com potencial impacto sobre a análise de riscos, expectativas de fluxos de caixa e decisões dos usuários externos (Nicolo et al., 2025; Pizzi; Venturelli; Caputo, 2024; Wahyuni, 2025).

A crescente centralidade das informações de sustentabilidade nas decisões econômicas decorre da ampliação do escopo analítico dos diversos públicos que interagem com as organizações. À medida que investidores, credores, reguladores passam a incorporar fatores ambientais, sociais e de governança na avaliação de desempenho e risco, o *disclosure* deixa de cumprir função simbólica e assume caráter informacional, ao explicitar como esses fatores se conectam ao desempenho econômico-financeira e à continuidade das operações no longo prazo. (Nicolo et al., 2025; Pizzi; Venturelli; Caputo, 2024).

A criação do *International Sustainability Standards Board* (ISSB) e a subsequente emissão das normas IFRS S1 e S2 inserem-se nesse contexto como respostas institucionais à fragmentação histórica do *disclosure* de sustentabilidade. Conforme destacado por Ismail (2026), Milhem (2025) e Pratama et al. (2025), esses padrões buscam promover integração entre informações financeiras e de sustentabilidade, ao mesmo tempo em que procuram mitigar assimetrias informacionais decorrentes da diversidade de *frameworks* e práticas anteriormente adotadas.

No escopo normativo do ISSB, a IFRS S1 estabelece requisitos gerais para a divulgação de riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade com potencial impacto financeiro, enquanto a IFRS S2 aprofunda o tratamento das divulgações associadas aos riscos climáticos. Essa segunda norma enfatiza dimensões como governança, estratégia, gestão de riscos, métricas e metas, buscando fortalecer a mensuração e a relevância econômica das informações divulgadas (Milhem, 2025; Nicolo et al., 2025).

Apesar desses avanços, revela-se que a implementação das IFRS S1 e S2 ocorre de maneira gradual e assimétrica, sendo condicionada por fatores institucionais, regulatórios e organizacionais. Estudos apontam a coexistência de diferentes estágios de adoção, que variam desde a conformidade formal até iniciativas que buscam uma incorporação substantiva dos requisitos normativos (Ismail, 2026; Pratama et al., 2025; Wahyuni, 2025).

Adicionalmente, persistem desafios associados à operacionalização desses padrões, no que se refere à mensuração de riscos climáticos, à definição de métricas verificáveis, à integração entre informações financeiras e não financeiras e à disponibilidade de capacidades técnicas adequadas para sustentar divulgações consistentes. Essas limitações afetam a comparabilidade, a verificabilidade e a utilidade decisória das informações reportadas (Hatane et al., 2025; Setiawan et al., 2025; Siregar et al., 2025).

Evidências sugerem que a qualidade do *disclosure* alinhado às IFRS S1 e S2 está relacionada a características de governança corporativa, estrutura organizacional e maturidade institucional. Pesquisas indicam que empresas inseridas em ambientes regulatórios exigentes ou submetidas a pressões do mercado apresentam níveis elevados de aderência aos requisitos normativos, embora fragilidades persistam nos pilares de métricas, metas e na explicitação dos impactos financeiros dos riscos climáticos (Akinyomi; Bamwa, 2025; Carreira; Silva; Cêpeda, 2025; Frendy; Yoshika; Saka, 2025).

Apesar do crescimento da produção científica sobre *disclosure* ESG e sustentabilidade corporativa, observa-se que as evidências relacionadas à implementação das IFRS S1 e S2 ainda se encontram dispersas, abordadas de forma indireta ou exploratória. Apontam-se lacunas quanto à sistematização crítica desses achados, bem como à análise aprofundada das condições institucionais, dos obstáculos operacionais e das implicações econômicas associadas à adoção desses padrões (Delgadillo; Díaz-Peña, 2025; Dewi; Kamiliya, 2025).

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objeto a produção científica recente sobre a implementação das IFRS S1 e IFRS S2 no contexto do *disclosure* de sustentabilidade e clima. O objetivo consiste em analisar, por meio de uma revisão sistemática, as evidências

empíricas disponíveis acerca dos níveis de adoção, dos desafios institucionais e técnicos e das implicações informacionais e financeiras associadas a esses padrões. Busca-se, assim, identificar convergências, divergências e lacunas, contribuindo para uma compreensão estruturada do estado atual da pesquisa e para o avanço do debate acadêmico sobre a institucionalização do *reporting* de sustentabilidade.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Evolução do *disclosure* de sustentabilidade e institucionalização das IFRS S1 e S2

A trajetória do *disclosure* de sustentabilidade reflete uma mudança progressiva nas informações não financeiras. Em estágios iniciais, as divulgações relacionadas a fatores ambientais, sociais e de governança caracterizavam-se por elevado grau de voluntariedade, heterogeneidade conceitual e de narrativas descritivas, o que limitava sua comparabilidade e restringia sua utilidade para a tomada de decisão econômica. Com o avanço do debate acadêmico e regulatório, esses fatores passaram a ser reconhecidos como elementos capazes de influenciar o desempenho financeiro, o perfil de risco e a sustentabilidade das entidades (Nicolo et al., 2025; Pizzi; Venturelli; Caputo, 2024).

Nesse sentido, no período anterior à criação de padrões globais consolidados, o *reporting* de sustentabilidade desenvolveu-se em um ambiente marcado pela coexistência de múltiplos *frameworks*, métricas não harmonizadas e diferentes níveis de profundidade informacional. Esse cenário contribuiu para a ampliação de assimetrias informacionais, fragilizou a confiabilidade dos relatórios de sustentabilidade e dificultou a integração entre informações ESG e as demonstrações financeiras tradicionais, comprometendo a avaliação consistente do risco e do valor das organizações (Pizzi; Venturelli; Caputo, 2024; Wahyuni, 2025).

A criação do ISSB insere-se como resposta institucional a essas limitações estruturais do *disclosure* ESG. A atuação do órgão é interpretada como um esforço de convergência normativa voltado à redução da fragmentação informacional e à consolidação de um modelo de divulgação ancorado na relevância financeira da sustentabilidade. Ao priorizar a perspectiva dos investidores e a materialidade financeira, o ISSB reposiciona o *reporting* de sustentabilidade como componente integrante do sistema de informação contábil (Milhem, 2025; Pratama et al., 2025).

Nesse processo, a IFRS S1 estabelece um conjunto de princípios e requisitos gerais voltados à divulgação de riscos e oportunidades de sustentabilidade com potencial impacto financeiro, enquanto a IFRS S2 direciona esse arcabouço aos riscos e oportunidades associados às mudanças climáticas. Ambas as normas compartilham a premissa de que fatores ESG e climáticos devem ser comunicados de forma consistente, comparável e integrada às informações financeiras, apontando a lógica de utilidade decisória e a centralidade da gestão de riscos no *reporting* corporativo (Milhem, 2025; Pratama et al., 2025).

As evidências indicam que os estágios iniciais de adoção das IFRS S1 e S2 são marcados por heterogeneidade entre países, setores e organizações. Embora se observem avanços na estruturação do *disclosure* e no alinhamento aos novos requisitos normativos, persistem fragilidades na operacionalização das normas, no que se refere à mensuração dos impactos financeiros associados aos riscos de sustentabilidade e à integração dessas informações à estratégia corporativa (Pizzi; Venturelli; Caputo, 2024; Wahyuni, 2025).

Em suma, a institucionalização das IFRS S1 e S2 não deve ser compreendida como um processo linear ou homogêneo, mas como um fenômeno condicionado por pressões institucionais, capacidades internas das organizações e contextos regulatórios específicos. Milhem (2025) argumenta que a efetividade desses padrões depende da adoção formal dos requisitos normativos, mas, sobretudo, da capacidade das entidades de internalizar a lógica da

sustentabilidade financeira em seus sistemas de gestão. Nesse sentido, os primeiros estudos sobre a implementação das IFRS S1 e S2 indicam que o desafio reside na transição de práticas de *disclosure* simbólicas para um modelo informacional robusto.

2.2 Qualidade da informação, utilidade decisória e desafios de implementação

A qualidade da informação ocupa posição central no arcabouço conceitual das IFRS S1 e S2, ao destacar o papel do *disclosure* de sustentabilidade como suporte à tomada de decisão econômica. Ismail (2026) indica que a utilidade decisória das informações ESG e climáticas decorrem da extensão das divulgações, mas também de atributos qualitativos que permitam análises consistentes e comparáveis. Nessa perspectiva, as normas do ISSB incorporam a premissa de que informações de sustentabilidade devem ser avaliadas em função de sua capacidade de influenciar expectativas sobre fluxos de caixa, riscos e criação de valor (Nicolo et al., 2025).

Nicolo et al. (2025) evidenciam que, mesmo em contextos nos quais se observa aderência formal a padrões internacionais, permanecem fragilidades relacionadas à padronização de métricas e à coerência entre informações narrativas e quantitativas. De forma convergente, Delgadillo e Díaz-Peña (2025) apontam que a ausência de métricas robustas e passíveis de verificação compromete a capacidade dos usuários externos de avaliar riscos e oportunidades associados à sustentabilidade, reduzindo o potencial informacional dos relatórios corporativos.

Nesse contexto, Frendy, Yoshika e Saka (2025) observam que, em organizações, o *disclosure* ESG permanece concentrado em indicadores genéricos ou retrospectivos, com limitada articulação com estratégias futuras e impactos financeiros esperados. Verawaty et al. (2025) demonstram que essa dissociação entre divulgação e informação econômica dificulta a comparação entre empresas e enfraquece a função do *reporting* de sustentabilidade como instrumento de apoio à tomada de decisão dos investidores.

Além das limitações de natureza informacional, Ismail (2026) assinala que a implementação desses padrões demanda capacidades institucionais específicas, incluindo sistemas de informação integrados, competências técnicas para a mensuração de indicadores ESG e estruturas de governança aptas a coordenar múltiplas áreas organizacionais. Na ausência desses elementos, a adoção restringe-se a ajustes formais nos relatórios, sem avanços substanciais em termos de qualidade informacional.

Embora a adesão declarada às IFRS S1 e S2 represente um avanço normativo, observa-se que tal conformidade nem sempre se traduz em informações capazes de reduzir assimetrias informacionais ou de aprimorar a tomada de decisão econômica (Frendy; Yoshika; Saka, 2025; Nicolo et al., 2025). Delgadillo e Díaz-Peña (2025) argumentam que esse distanciamento decorre, em parte, da dificuldade das organizações em internalizar a lógica da materialidade financeira da sustentabilidade, tratando o *disclosure* como um exercício de reporte isolado, e não como componente integrado aos processos decisórios.

Em suma, os estudos indicam que o principal desafio associado à implementação das IFRS S1 e S2 reside na transição de um *disclosure* orientado à conformidade normativa para um modelo informacional robusto e decisoriamente útil. Essa transição pressupõe ajustes técnicos e mudanças organizacionais para alinhar estratégias de sustentabilidade, gestão de riscos e sistemas de informação financeira.

2.3 Riscos climáticos, IFRS S2 e implicações econômico-financeiras

A incorporação dos riscos climáticos ao *disclosure* financeiro constitui um dos avanços conceituais introduzidos pela IFRS S2, ao reconhecer que eventos climáticos e os processos de

transição para uma economia de baixo carbono geram efeitos materiais sobre o desempenho econômico e a estabilidade financeira das organizações (Wahyuni, 2025). Siregar et al. (2025) convergem ao identificar os riscos físicos e de transição como dimensões fundamentais para a avaliação da exposição financeira das empresas, superando abordagens anteriores que tratavam o clima como uma externalidade socioambiental dissociada das decisões econômicas.

Os riscos físicos, associados a eventos climáticos extremos e a alterações graduais nos padrões ambientais, e os riscos de transição, decorrentes de mudanças regulatórias, tecnológicas e de mercado, passaram a ser compreendidos como fatores capazes de afetar fluxos de caixa, estruturas de custos, acesso a financiamento e valor econômico das organizações (Siregar et al., 2025). Evidências indicam que esses riscos podem comprometer a estabilidade financeira, em setores expostos ou em contextos institucionais caracterizados por menor capacidade de adaptação (Dewi; Kamiliya, 2025).

Nessa direção, a lógica subjacente à IFRS S2 busca deslocar o *disclosure* climático de uma abordagem narrativa para um modelo orientado à mensuração, à comparabilidade e à utilidade decisória. Setiawan et al. (2025) destacam que a exigência de divulgações estruturadas sobre governança, estratégia, gestão de riscos, métricas e metas relacionadas ao clima destaca a centralidade da informação climática na avaliação do desempenho organizacional. Entretanto, os estudos indicam que a operacionalização desse modelo enfrenta desafios, no que se refere à definição de métricas e à conversão dos riscos climáticos em impactos financeiros quantificáveis.

Siregar et al. (2025) demonstram que a exposição a riscos climáticos pode comprometer indicadores de estabilidade financeira, enquanto capacidades organizacionais e fatores estruturais, como tamanho e governança, podem atenuar ou amplificar esses efeitos. De forma complementar, Dewi e Kamiliya (2025) observam que as respostas empresariais aos riscos climáticos refletem diferenças na maturidade dos sistemas de gestão e no grau de integração entre sustentabilidade e estratégia financeira.

Apesar dos avanços normativos, Wahyuni (2025) aponta que a ausência de dados padronizados, a complexidade dos cenários climáticos e a incerteza inerente às projeções de longo prazo dificultam a produção de informações verificáveis e comparáveis. Syamsuri, Pakartipangi e Kamila (2026) observam que essas limitações podem resultar em *disclosures* incompletos ou genéricos, reduzindo a capacidade dos usuários externos de avaliar adequadamente a exposição financeira das organizações aos riscos climáticos.

A relação entre *disclosure* climático, governança corporativa e resiliência financeira emerge, assim, como elemento central nesse debate. Estudos indicam que organizações dotadas de estruturas de governança robustas e de integração entre áreas estratégicas apresentam *disclosures* climáticos consistentes e alinhados à lógica da IFRS S2, o que contribui para uma gestão eficaz dos riscos e para a resiliência financeira (Setiawan et al., 2025; Wahyuni, 2025).

Em síntese, os estudos analisados sugerem que o principal desafio associado à implementação da IFRS S2 reside na tradução dos riscos climáticos em informações relevantes e úteis. Esse desafio envolve aprimoramentos técnicos na mensuração e no reporte, mas também mudanças institucionais e organizacionais capazes de integrar o clima à lógica da gestão financeira. Dessa forma, a análise dos riscos climáticos sob a ótica da IFRS S2 evidencia o potencial transformador do novo padrão e os limites atuais de sua implementação no contexto corporativo.

2.4 Perspectiva institucional e heterogeneidade na adoção das IFRS S1 e S2

A adoção das IFRS S1 e S2 pode ser compreendida como um fenômeno institucional de natureza complexa, influenciado por pressões externas e por capacidades organizacionais internas. Sob essa ótica, o *disclosure* de sustentabilidade resulta de escolhas técnicas racionais,

mas também de respostas a pressões coercitivas, normativas e miméticas que orientam o comportamento das organizações em contextos regulatórios e de mercado específicos (Carreira; Silva; Cêpeda, 2025; Milhem, 2025). Essa abordagem explica a implementação desigual dos padrões do ISSB, mesmo diante da existência de um arcabouço normativo internacional.

As pressões coercitivas, associadas a exigências regulatórias formais e às expectativas de órgãos supervisores e mercados de capitais, desempenham indução à adoção das IFRS S1 e S2. Evidências indicam que ambientes regulatórios estruturados e mercados financeiros sensíveis a riscos ESG estimulam níveis elevados de aderência aos novos padrões de *disclosure* (Akinyomi; Bamwa, 2025; Munir; Pratama 2025). Todavia, tais pressões não asseguram a internalização substantiva dos requisitos normativos, podendo resultar em práticas orientadas à conformidade formal.

As pressões normativas, por sua vez, estão relacionadas à difusão de expectativas profissionais, padrões técnicos e valores associados à boa governança corporativa. Carreira, Silva e Cêpeda (2025) destacam que a atuação de auditores, consultores e organismos profissionais exerce influência na disseminação das IFRS S1 e S2, moldando a forma como as organizações interpretam e operacionalizam os requisitos de *disclosure*. Ainda assim, essas pressões dependem da capacidade das entidades de traduzir normas abstratas em práticas informacionais coerentes e compatíveis com suas estruturas organizacionais.

As pressões miméticas emergem com intensidade em contextos de incerteza, nos quais as organizações replicam práticas adotadas por pares percebidos como legítimos ou bem-sucedidos. Milhem (2025) observa que, nos estágios iniciais de implementação das IFRS S1 e S2, esse mecanismo pode favorecer comportamentos de imitação superficial, resultando em *disclosures* padronizados, porém pouco sensíveis às especificidades dos riscos e oportunidades enfrentados por cada organização. Essa dinâmica contribui para a coexistência de formatos formais de reporte que não necessariamente refletem avanços substantivos na qualidade da informação divulgada.

Enquanto a adoção simbólica se caracteriza pelo alinhamento formal aos requisitos normativos, com ênfase na legitimação externa, a adoção substantiva pressupõe a incorporação da lógica da sustentabilidade financeiramente material aos processos de gestão, governança e tomada de decisão organizacional (Hatane et al., 2025; Munir; Pratama, 2025). Carreira, Silva e Cêpeda (2025) indicam que essa distinção é fundamental para compreender por que níveis semelhantes de aderência normativa podem resultar em qualidades informacionais distintas.

A heterogeneidade na adoção das IFRS S1 e S2 manifesta-se entre países, setores e tipos de organização. Evidências apontam que diferenças institucionais, níveis de maturidade regulatória, estruturas de governança e exposição a riscos ESG influenciam a forma e a profundidade do *disclosure* de sustentabilidade (Akinyomi; Bamwa, 2025; Hatane et al., 2025).

Em síntese, Milhem (2025) destaca a necessidade de aprofundar investigações sobre os mecanismos institucionais que favorecem a transição da conformidade simbólica para práticas substantivas de *disclosure*. Carreira, Silva e Cêpeda (2025) observam a carência de estudos comparativos capazes de capturar, sistematicamente, as variações institucionais e organizacionais observadas. Assim, a perspectiva institucional consolida-se como um arcabouço explicativo para compreender os limites e as potencialidades da institucionalização das IFRS S1 e S2, ao mesmo tempo em que sinaliza caminhos para o avanço da pesquisa sobre o tema.

3 Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma revisão sistemática da literatura, de natureza qualitativa, analítico-descritiva, orientada à síntese crítica da produção científica recente sobre a implementação das normas IFRS S1 e S2 no contexto do *disclosure* de sustentabilidade e

clima. A escolha desse delineamento metodológico fundamenta-se nos pressupostos de Marconi e Lakatos (2018), no que se refere à organização lógica do conhecimento, e em Gil (2018), quanto à classificação da pesquisa segundo seus objetivos, procedimentos técnicos e fontes de dados.

A revisão sistemática é adequada para mapear, organizar e interpretar criticamente evidências dispersas, em campos emergentes como a adoção dos padrões do ISSB. Esse método permite integrar achados empíricos e conceituais, contribuindo para a consolidação teórica do tema. O estudo foi conduzido conforme as diretrizes do PRISMA 2020. O protocolo assegura transparência, rastreabilidade e rigor metodológico no processo de revisão. Sua aplicação reduz vieses, explicita as etapas metodológicas e favorece a replicabilidade da pesquisa (Page et al., 2021).

A estratégia de busca foi conduzida de forma intencional e sistemática em bases de dados científicas reconhecidas pela abrangência, utilizando-se as plataformas Scopus, Web of Science e Google Scholar. O recorte temporal compreendeu o período de 2024 a 2026, justificado pela recenticidade das normas IFRS S1 e S2. A aplicação dos descritores, combinados por operadores booleanos *"IFRS S1"*, *"IFRS S2"*, *"ISSB"*, *"sustainability disclosure"*, *"climate-related disclosure"*, *"financial materiality"* e *"institutional perspective"* resultou na identificação inicial de 165 artigos.

Tabela 1: Artigos analisados na revisão sistemática

Nº	Autores (ano)	País / Contexto	Objeto / Foco principal	Principais contribuições
1	Pizzi, Venturelli e Caputo (2024)	Europa	*Disclosure* ESG e padronização	Evidencia heterogeneidade e limites do *disclosure* pré-ISSB
2	Carreira, Silva e Cêpeda (2025)		Governança e *disclosure* ESG	Mostra influência da governança corporativa
3	Nicolo et al. (2025)		Qualidade do *disclosure* ESG	Identifica lacunas em métricas e integração financeira
4	Ismail (2026)	Global	IFRS S1/S2 e materialidade financeira	Discute desafios técnicos de implementação
5	Syamsuri, Pakartipangi e Kamila (2026)		IFRS S2 e resiliência financeira	Discute limitações na mensuração climática
6	Milhem (2025)		IFRS S1/S2 e teoria institucional	Analisa pressões institucionais na adoção inicial
7	Kamiliya (2025)	Sudeste Asiático	ESG e riscos climáticos	Analisa limitações de métricas e metas
8	Dewi e Kamiliya (2025)		Riscos de transição climática	Associa riscos climáticos a desempenho financeiro
9	Wahyuni (2025)		*Disclosure* climático e qualidade informacional	Destaca fragilidades metodológicas e informacionais
10	Akinyomi e Bamwa (2025)	África	Regulação e *disclosure* ESG	Evidencia papel do ambiente regulatório
11	Faloore et al. (2025)		ESG e mercado de capitais	Relaciona *disclosure* e percepção de risco
12	Munir e Pratama (2025)	Indonésia	Adoção simbólica x substantiva	Diferencia conformidade formal e efetiva
13	Harahap et al. (2024)		*Disclosure* ambiental	Evidencia fragilidade informacional

Nº	Autores (ano)	País / Contexto	Objeto / Foco principal	Principais contribuições
14	Amelia e Djakman (2024)		Sustentabilidade e reporte	Aborda limitações de comparabilidade
15	Pratama et al. (2025)		Implementação IFRS S1/S2	Evidencia adoção gradual e desigual
16	Siregar et al. (2025)		Riscos climáticos e estabilidade financeira	Evidencia impacto negativo dos riscos climáticos
17	Hatane et al. (2025)	Ásia	Capacidades organizacionais	Analisa barreiras internas à adoção
18	Frendy, Yoshika e Saka (2025)		Métricas ESG e estratégia	Identifica desconexão entre ESG e desempenho financeiro
19	Atmadya (2025)		ESG e desempenho	Discute impactos financeiros indiretos
20	Hidajat, Abigail e Terence (2025)		Clima e governança	Mostra influência institucional
21	Setiawan et al. (2025)		*Disclosure* climático e governança	Relaciona governança à qualidade do *disclosure*
22	Delgadillo e Díaz-Peña (2025)	América Latina	*Disclosure* ESG e utilidade decisória	Aponta baixa verificabilidade das informações
23	Verawaty et al. (2025)	Multipaís	Emissões e *disclosure* ambiental	Demonstra assimetrias setoriais e regionais

Fonte: dados da pesquisa (2026)

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, definidos conforme a lógica de delimitação do objeto de pesquisa, procedeu-se à triagem por títulos e resumos, seguida da leitura integral dos estudos elegíveis, em consonância com as diretrizes do PRISMA 2020. Foram incluídos apenas artigos científicos revisados por pares que abordavam, direta ou indiretamente, a implementação das IFRS S1 e/ou S2, o *disclosure* ESG, os riscos climáticos, a qualidade da informação e a perspectiva institucional, sendo excluídos documentos normativos, estudos conceituais sem aderência ao tema (Gil, 2018).

Ao final desse processo seletivo, 23 artigos compuseram o corpus final da revisão sistemática. A extração dos dados foi realizada de forma estruturada, por meio de matrizes analíticas que contemplaram autores, ano de publicação, periódico, contexto institucional, objetivos, abordagem metodológica, principais achados, contribuições e limitações, seguindo a técnica de fichamento científico e organização analítica do material bibliográfico (Marconi; Lakatos, 2018).

A análise dos dados baseou-se em análise qualitativa temática, com inspiração nos princípios da análise de conteúdo, técnica utilizada na interpretação sistemática de textos científicos nas ciências sociais (Gil, 2018). As categorias analíticas foram definidas de forma iterativa, a partir do diálogo entre os objetivos da pesquisa e os achados recorrentes da literatura.

Entre as categorias consideradas destacam-se: (i) estágios de adoção das IFRS S1 e S2; (ii) qualidade e utilidade do *disclosure* de sustentabilidade; (iii) riscos climáticos e impactos econômico-financeiros; e (iv) pressões institucionais e governança corporativa. Essa abordagem permitiu a síntese crítica das evidências e a identificação de convergências, divergências e lacunas teóricas e empíricas.

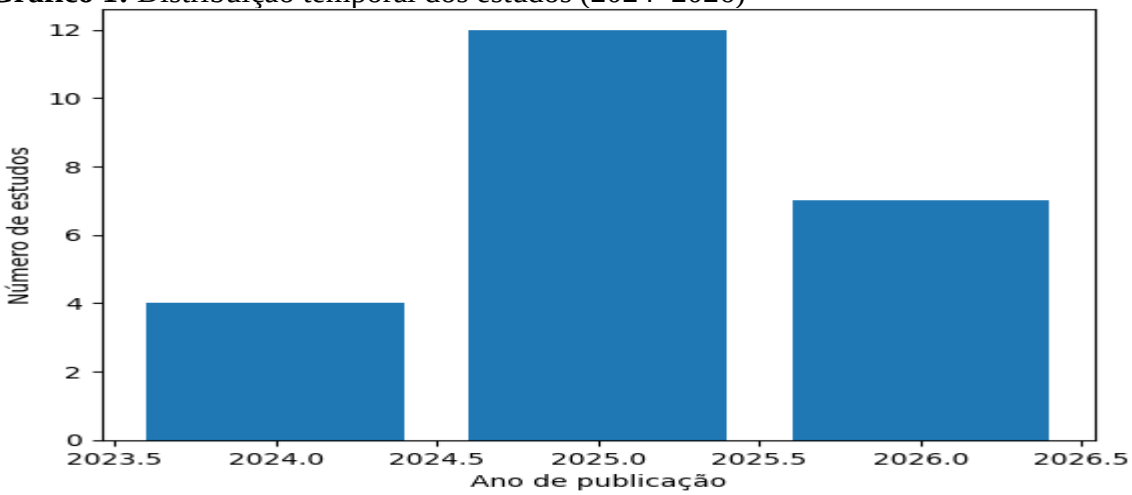
O rigor metodológico foi assegurado por meio da adoção de um protocolo explícito, critérios claros de seleção e procedimentos sistemáticos de extração e análise dos dados. A consistência interpretativa foi observada pela revisão contínua das categorias analíticas e pela

confrontação crítica entre os estudos incluídos, reduzindo o risco de vieses e interpretações arbitrárias (Bardin, 2016).

4 Resultados e Discussões

O conjunto final analisado, composto por 23 artigos científicos, está relacionado à implementação das normas IFRS S1 e S2. No que se refere à distribuição temporal, observa-se uma incidência de estudos a partir de 2025, com intensificação em 2026, o que sugere uma resposta da comunidade acadêmica à criação do ISSB e à emissão das normas IFRS S1 e S2. Estudos iniciais, como os de Pizzi, Venturelli e Caputo (2024) e Delgadillo e Díaz-Peña (2025), caracterizam-se por esforços de sistematização e problematização do novo modelo de *disclosure* de sustentabilidade, assumindo uma abordagem exploratória diante da regulação.

Gráfico 1: Distribuição temporal dos estudos (2024–2026)



Fonte: dados da pesquisa (2026)

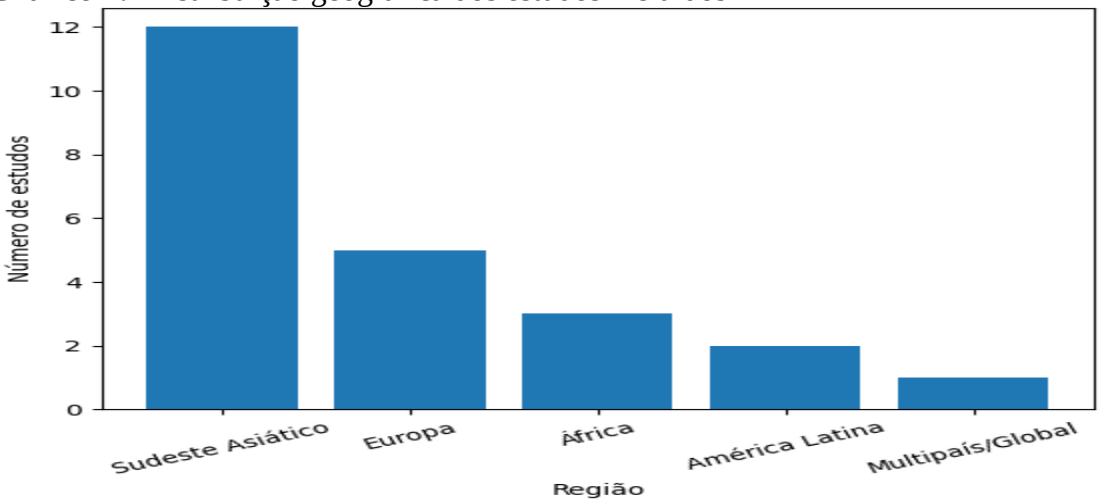
Em contraste, estudos posteriores, como os de Ismail (2026) e Syamsuri, Pakartipangi e Kamila (2026), avançam para análises aprofundadas, incorporando discussões sobre desafios técnicos, impactos econômico-financeiros e limitações metodológicas associadas à implementação das normas. Esse padrão temporal evidencia um processo gradual de amadurecimento, ainda que persistam lacunas quanto à diversidade metodológica e à robustez das evidências disponíveis.

Sob a perspectiva geográfica, observa-se uma concentração de estudos em países do Sudeste Asiático, com destaque para a Indonésia e economias adjacentes, seguida por contribuições oriundas da Europa, África e América Latina. Pesquisas desenvolvidas por Pratama et al. (2025), Siregar et al. (2025), Setiawan et al. (2025) e Hatane et al. (2025) evidenciam esse contexto regional nas investigações sobre a implementação das normas IFRS S1 e S2, em mercados emergentes caracterizados por ambientes institucionais em transição regulatória. Esses estudos enfatizam desafios associados à operacionalização das normas, às capacidades organizacionais e às respostas institucionais às novas exigências de *disclosure*.

Em contraste, pesquisas conduzidas em contextos europeus, a exemplo de Pizzi, Venturelli e Caputo, (2024), Nicolo et al. (2025) e Carreira, Silva e Cêpeda (2025), direcionam a análise para aspectos relacionados à padronização do *disclosure*, à governança corporativa e à qualidade da informação divulgada, refletindo a presença de ambientes regulatórios maduros e de estruturas institucionais consolidadas. A participação ainda limitada de estudos de outras regiões, bem como a escassez de investigações de escopo global, evidencia lacunas geográficas, que restringem a generalização dos achados.

No que se refere às abordagens metodológicas, observam-se estudos, com destaque para análises documentais e investigações quantitativas baseadas em dados secundários. Os de Nicolo et al. (2025), Frendy, Yoshika e Saka (2025) e Verawaty et al. (2025) ilustram essa orientação metodológica ao examinarem a qualidade do *disclosure*, a mensuração de métricas ESG e os mecanismos de integração entre informações de sustentabilidade e dados financeiros.

Gráfico 2: Distribuição geográfica dos estudos incluídos



Fonte: dados da pesquisa (2026)

Estudos de natureza teórico-analítica, a exemplo de milhem (2025), desempenham função complementar ao oferecer arcabouços interpretativos fundamentados, sobretudo, na teoria institucional, contribuindo para a compreensão dos fatores que condicionam a adoção das normas. Paralelamente, Siregar et al. (2025) e Dewi e Kamiliya (2025) concentram-se na análise da relação entre riscos climáticos e desempenho financeiro. Embora essa diversidade metodológica amplie a riqueza analítica, ela também evidencia a escassez de abordagens longitudinais e de estudos que combinem métodos quantitativos e qualitativos.

Quanto ao foco temático, os estudos analisados organizam-se em torno de quatro eixos inter-relacionados: (i) a implementação das IFRS S1 e IFRS S2; (ii) a qualidade do *disclosure* ESG; (iii) os riscos climáticos e seus impactos econômico-financeiros; e (iv) a perspectiva institucional associada à governança corporativa. Pesquisas como as de Pratama et al. (2025) e Ismail (2026) dedicam-se à análise dos processos de adoção das normas do ISSB, enquanto estudos como os de Wahyuni (2025) e Setiawan et al. (2025) enfatizam dimensões informacionais, de governança e de capacidade organizacional.

Em suma, a caracterização evidencia concentração regional e revela heterogeneidade metodológica, refletindo um campo de investigação em consolidação. A recorrência de estudos em mercados emergentes, associada à limitada presença de evidências longitudinais e de análises comparativas entre diferentes contextos institucionais, indica lacunas geográficas e metodológicas que restringem a generalização dos achados e destacam a necessidade de aprofundamento em pesquisas futuras.

4.1 Estágios de adoção das IFRS S1 e IFRS S2

A análise revela que a adoção das IFRS S1 e S2 ocorre de maneira heterogênea, gradual e condicionada ao contexto institucional, afastando-se de padrões lineares ou homogêneos entre países, setores e organizações. De forma convergente, os estudos indicam que os padrões emitidos pelo ISSB vêm sendo incorporados em distintos níveis de maturidade, refletindo o

grau de consolidação institucional e as capacidades organizacionais e informacionais das entidades analisadas (Milhem, 2025; Munir; Pratama, 2025).

Em suma, permite-se classificar os processos de adoção em quatro estágios analíticos: (i) adoção inicial; (ii) conformidade formal; (iii) incorporação parcial; e (iv) adoção substantiva. Nos estágios iniciais, predominam esforços de compreensão dos requisitos normativos e à adaptação mínima de práticas de *disclosure*, caracterizadas por narrativas descritivas e baixo grau de padronização. Evidências indicam que, nesse estágio, persistem limitações quanto à comparabilidade, à mensuração e à integração das informações de sustentabilidade aos relatórios financeiros (Amelia; Djakman, 2024; Delgadillo; Díaz-Peña, 2025; Pizzi; Venturelli; Caputo, 2024).

O estágio de conformidade formal caracteriza-se pelo alinhamento superficial aos requisitos das IFRS S1 e S2, sem mudanças estruturais nos processos internos de gestão de riscos, na definição de métricas ou na incorporação estratégica das informações divulgadas. Nesse contexto, as organizações priorizam a legitimidade institucional e a sinalização ao mercado, resultando em *disclosures* padronizados, porém com limitada utilidade para a tomada de decisão (Akinyomi; Bamwa, 2025; Pratama et al., 2025; Wahyuni, 2025).

Em um estágio intermediário, observam-se avanços em dimensões das IFRS S1 e S2, nos pilares de governança e estratégia. Ainda assim, permanecem fragilidades na definição de métricas, no estabelecimento de metas e na mensuração dos impactos econômico-financeiros associados a fatores ESG e climáticos. Nicolo et al. (2025) e Frendy, Yoshika e Saka (2025), Verawaty et al. (2025) e Hatane et al. (2025) evidenciam que, embora haja reconhecimento da materialidade financeira desses fatores, sua tradução em indicadores verificáveis e comparáveis permanece limitada, refletindo um processo de aprendizado organizacional em curso.

A adoção substantiva das IFRS S1 e S2, pressupõe que esse estágio pressupõe a incorporação da lógica do *disclosure* de sustentabilidade aos sistemas de gestão de riscos, à governança corporativa e à tomada de decisão estratégica, superando o caráter simbólico do reporte (Setiawan et al., 2025). A Tabela 2 sintetiza os estágios de adoção.

Tabela 2: Estágios de adoção das IFRS S1 e IFRS S2

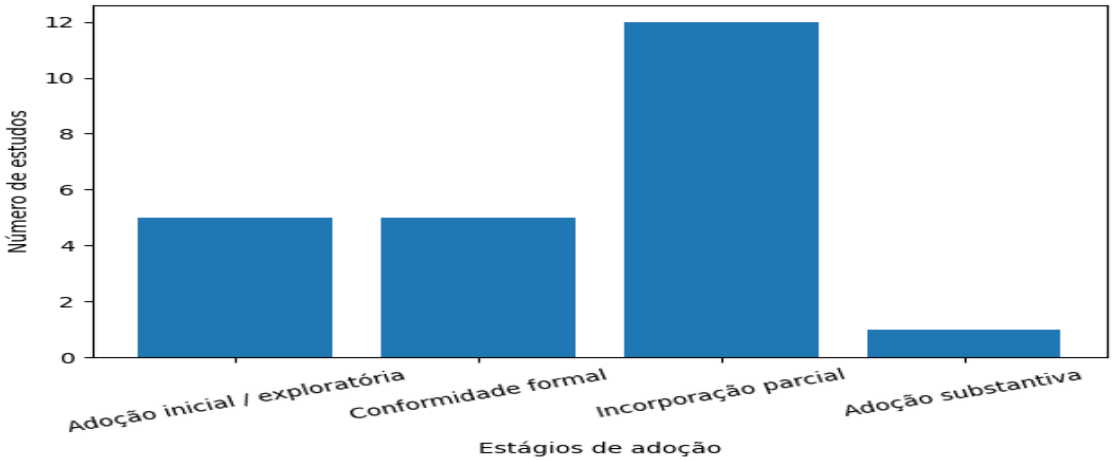
Autores (ano)	Contexto (país/região)	Norma analisada	Estágio de adoção identificado	Evidência principal reportada
Pizzi, Venturelli e Caputo (2024)	Europa	ESG / pré-ISSB	**Adoção inicial**	*Disclosure* narrativo e heterogêneo
Delgadillo e Díaz-Peña (2025)	América Latina	ESG / S1		Baixa comparabilidade e utilidade decisória
Amelia e Djakman (2024)	Indonésia	ESG		Baixa padronização do *disclosure*
Atmadya (2025)	Ásia	ESG		Impactos financeiros indiretos pouco mensurados
Harahap et al. (2024)	Indonésia	ESG		Fragilidade informacional recorrente
Milhem (2025)	Global	S1 e S2	**Conformidade formal**	Adoção orientada à legitimidade institucional
Pratama et al. (2025)	Indonésia	S1 e S2		Alinhamento normativo sem integração estratégica
Wahyuni (2025)	Sudeste Asiático	S1 / ESG		Fragilidades em métricas e mensuração
Akinyomi e Bamwa (2025)	África	S1		Pressões regulatórias como indutoras da adoção
Munir e Pratama (2025)	Indonésia	S1 e S2		Evidências de adoção simbólica

Autores (ano)	Contexto (país/região)	Norma analisada	Estágio de adoção identificado	Evidência principal reportada
Nicolo et al. (2025)	Europa	S1	**Incorporação parcial**	Avanços em governança e estratégia
Frendy, Yoshika e Saka (2025)	Ásia	S1		Reconhecimento da materialidade financeira sem métricas robustas
Verawaty et al. (2025)	Multipaís	ESG / S1		Integração limitada entre ESG e desempenho financeiro
Ismail (2026)	Global	S1 e S2		Dificuldades técnicas e informacionais
Siregar et al. (2025)	Indonésia	S2		Reconhecimento dos riscos climáticos nos relatórios
Dewi e Kamiliya (2025)	Sudeste Asiático	S2		Evidências empíricas de impactos financeiros
Syamsuri, Pakartipangi e Kamila (2026)	Global	S2		Limitações metodológicas na mensuração climática
Carreira, Silva e Cêpeda (2025)	Europa	S1		Influência da governança na qualidade do *disclosure*
Hatane et al. (2025)	Ásia	S1 e S2		Capacidades organizacionais como fator crítico
Faloore (2025)	África	ESG		Relação entre *disclosure* e percepção de risco
Hidajat, Abigail e Terence (2025)	Ásia	S2		Influência institucional na divulgação climática
Kamiliya (2025)	Sudeste Asiático	ESG / S2		Limitações em métricas e metas climáticas
Setiawan et al. (2025)	Ásia	S2	**Adoção substantiva**	Integração entre riscos climáticos e governança

Fonte: dados da pesquisa (2026)

A análise comparativa dos estágios evidencia que os padrões de adoção inicial, conformidade formal e incorporação parcial predominam, enquanto a adoção substantiva permanece restrita a um número reduzido de estudos e contextos organizacionais. Esse achado é consistente com as evidências apresentadas por Pratama et al. (2025) e Wahyuni (2025), que destacam a coexistência de práticas formais de reporte com limitações estruturais na mensuração e integração das informações de sustentabilidade. No Gráfico 3, evidencia-se a frequência dos estágios de adoção.

Gráfico 3: Frequência dos estágios de adoção das IFRS S1 e S2



Fonte: dados da pesquisa (2026)

De forma complementar, os estudos indicam que a progressão entre os estágios de adoção é influenciada por fatores institucionais, capacidades organizacionais e grau de exposição a pressões regulatórias e de mercado. Milhem (2025) argumenta que, nos estágios iniciais de institucionalização, a adoção assume caráter simbólico, em ambientes marcados por incerteza normativa e ausência de mecanismos robustos de *enforcement.*

Em consonância, Nicolo et al. (2025) e Ismail (2026) ressaltam que a transição para estágios avançados depende dos sistemas internos de informação, da qualificação técnica das equipes e da integração entre sustentabilidade e finanças. Em síntese, os resultados evidenciam que a adoção das IFRS S1 e S2 ocorre de maneira incremental, desigual e condicionada ao contexto institucional, reforçando a necessidade de análises críticas que distingam entre conformidade formal e utilidade informacional.

4.2 Qualidade da informação e utilidade decisória do *disclosure*

A análise evidencia que a qualidade da informação divulgada constitui elemento para a efetividade das IFRS S1 e S2 no que se refere à sua capacidade de subsidiar a tomada de decisão econômica dos *stakeholders*. Embora as normas emitidas pelo ISSB enfatizem atributos como relevância, comparabilidade, consistência e verificabilidade, os resultados indicam que a incorporação desses princípios ocorre de forma desigual, restrita à conformidade formal, sem correspondência em termos de utilidade informacional (Ismail, 2026; Nicolo et al., 2025).

No que diz respeito à relevância, os estudos apontam que as organizações reconhecem, ao menos em nível declaratório, a materialidade financeira de fatores ESG e climáticos. Todavia, esse reconhecimento nem sempre se converte em informações para influenciar decisões econômicas. Verawaty et al. (2025) e Delgadillo e Díaz-Peña (2025) indicam que em contextos o *disclosure* permanece genérico, dificultando a avaliação de impactos sobre desempenho, risco e criação de valor. Esse padrão aponta que a materialidade reconhecida não é suficiente para assegurar conteúdo decisório.

A comparabilidade emerge como uma das dimensões fragilizadas do *disclosure* de sustentabilidade. Observam-se variações nos critérios de mensuração, na seleção de indicadores e nas formas de apresentação das informações, inclusive entre organizações inseridas em contextos regulatórios semelhantes. Estudos como os de Wahyuni (2025) e Nicolo et al. (2025) demonstram que a ausência de métricas padronizadas e de *benchmarks* consistentes compromete a comparação intertemporal e a interorganizacional, limitando o potencial das IFRS S1 e S2 como instrumentos de harmonização informacional.

Frendy, Yoshika e Saka (2025) e Faloore (2025) apontam que alterações nos indicadores utilizados e a falta de continuidade nas métricas reportadas enfraquecem a credibilidade do *disclosure* e dificultam a avaliação da evolução do desempenho ESG e climático temporalmente. Essa instabilidade informacional reduz a capacidade dos usuários de identificar tendências e avaliar riscos de forma prospectiva.

A verificabilidade das informações divulgadas configura outra lacuna. As evidências indicam que a maioria dos dados reportados carece de metodologias de mensuração definidas e de mecanismos adequados de asseguração, o que limita a confiança dos usuários na informação apresentada. Delgadillo e Díaz-Peña (2025) e Verawaty et al. (2025) destacam que as informações qualitativas, associadas à ausência de critérios objetivos de validação, comprometem a credibilidade do *disclosure* e demonstra o caráter simbólico de parte das práticas adotadas.

Por fim, a integração entre informações ESG e dados financeiros revela-se um dos desafios para a utilidade decisória das IFRS S1 e S2. Nicolo et al. (2025) e Ismail (2026) evidenciam que a limitada integração entre sustentabilidade e finanças restringe a capacidade dos usuários de avaliar riscos, oportunidades e efeitos de longo prazo sobre o valor econômico, destacando a dissociação entre *disclosure* e tomada de decisão. A Tabela 3 demonstra as lacunas.

Tabela 3: Lacunas informacionais identificadas

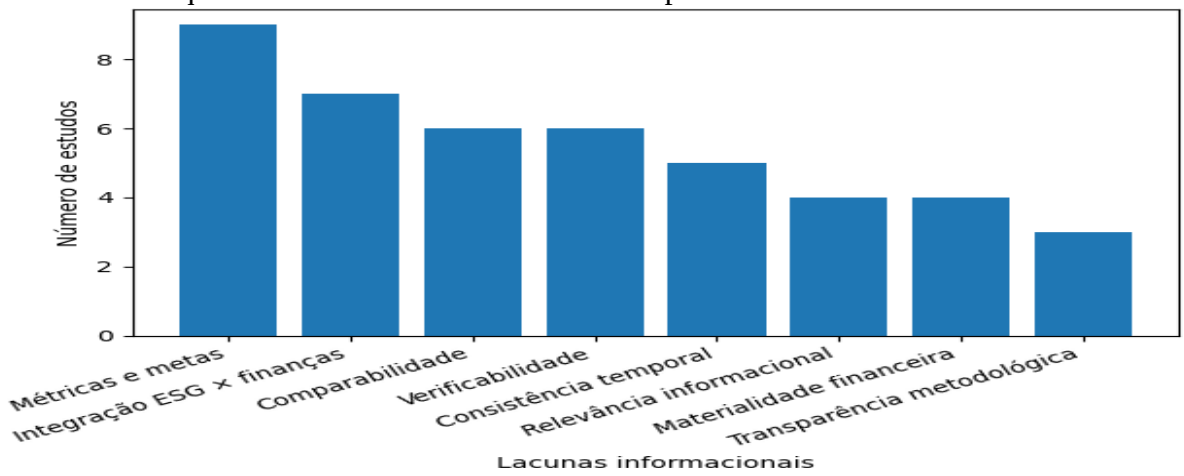
Dimensão da qualidade da informação	Evidências de lacuna	Estudos/ lacuna
Relevância informacional	Informações genéricas, com baixa capacidade de influenciar decisões econômicas e avaliação de riscos	Delgadillo e Díaz-Peña (2025); Verawaty et al. (2025); Ismail (2026)
Comparabilidade	Ausência de métricas padronizadas e critérios homogêneos entre empresas e setores	Pizzi, Venturelli e Caputo (2024); Wahyuni (2025); Nicolo et al. (2025)
Consistência temporal	Mudanças nos indicadores reportados e descontinuidade na divulgação temporalmente	Frendy, Yoshika e Saka (2025); Faloore (2025); Kamiliya (2025)
Verificabilidade	Informações qualitativas sem metodologias de mensuração ou asseguração	Delgadillo e Díaz-Peña (2025); Verawaty et al. (2025); Harahap et al. (2024)
Mensuração de métricas e metas	Dificuldade na definição de métricas e metas climáticas	Wahyuni (2025); Frendy, Yoshika e Saka (2025); Kamiliya (2025); Syamsuri, Pakartipangi e Kamila (2026)
Integração ESG × informação financeira	Fraca conexão entre *disclosure* de sustentabilidade e impactos financeiros mensuráveis	Nicolo et al. (2025); Ismail (2026); Setiawan et al. (2025)
Materialidade financeira	Reconhecimento formal da materialidade sem tradução em indicadores financeiros objetivos	Frendy, Yoshika e Saka (2025); Dewi e Kamiliya (2025); Verawaty et al. (2025)
Transparência metodológica	Falta de clareza sobre métodos de coleta, cálculo e agregação dos dados divulgados	Delgadillo e Díaz-Peña (2025); Wahyuni (2025); Amelia e Djakman (2024)

Fonte: dados da pesquisa (2026)

A sistematização das evidências permite identificar que as lacunas relacionadas a métricas e metas configuram um gargalo informacional, afetando simultaneamente a relevância, comparabilidade, consistência e verificabilidade do *disclosure*. Esse padrão é recorrente nos estudos de Frendy, Yoshika e Saka (2025), Wahyuni (2025) e Kamiliya (2025), que destacam a dificuldade das organizações em operacionalizar os requisitos normativos das

IFRS S1 e S2 em indicadores mensuráveis. No Gráfico 4, apresentam-se essas frequências reportadas.

Gráfico 4: Frequência das lacunas informacionais reportadas



Fonte: dados da pesquisa (2026)

Em conjunto, os resultados evidenciam que a conformidade normativa com as IFRS S1 e S2 não implica, necessariamente, utilidade decisória. A persistência de lacunas informacionais, no que se refere à mensuração, integração financeira e asseguração das informações divulgadas, aponta que a qualidade do *disclosure* ainda se encontra aquém das expectativas estabelecidas pelo ISSB. Esses achados destacam a necessidade de avanços institucionais, técnicos e organizacionais para que o *disclosure* de sustentabilidade cumpra seu papel institucional.

4.3 Riscos climáticos e implicações econômico-financeiras

A análise dos estudos evidencia que os riscos climáticos assumem centralidade no escopo da IFRS S2, ao estabelecerem a conexão entre fatores climáticos e seus impactos econômico-financeiros sobre as organizações. De forma convergente, Ismail (2026) e Siregar et al. (2025) reconhecem que esses riscos afetam o desempenho operacional e a estabilidade financeira, a capacidade de geração de valor e a resiliência de longo prazo, ainda que sua mensuração e integração aos sistemas corporativos de informação permaneçam limitadas.

Estudos como os de Dewi e Kamiliya (2025), Setiawan et al. (2025) e Wahyuni (2025) indicam que tais riscos são percebidos como imediatos e, por essa razão, são incorporados com frequência aos processos de *disclosure*. Em contraste, os riscos físicos, relacionados a eventos climáticos extremos e a mudanças graduais no clima, aparecem de forma menos sistemática e são tratados de maneira qualitativa, em contextos regionais específicos (Harahap et al., 2024). Siregar et al. (2025) demonstram que a exposição a riscos climáticos se associa à volatilidade financeira e a potenciais impactos negativos sobre indicadores de solvência e liquidez, embora nem sempre sejam refletidos nos relatórios corporativos. De modo convergente, Syamsuri, Pakartipangi e Kamila (2026) e Ismail (2026) ressaltam que a ausência de métricas robustas e padronizadas dificulta a avaliação desses impactos, evidenciando uma lacuna persistente entre o reconhecimento do risco climático e sua mensuração financeira.

Dewi e Kamiliya (2025) identificam associações entre riscos de transição e desempenho financeiro em setores intensivos em carbono, enquanto Setiawan et al. (2025) apontam que a governança corporativa atua como fator moderador, mitigando impactos adversos e favorecendo respostas estratégicas. Contudo, os estudos convergem ao indicar que esses efeitos

não são traduzidos em indicadores quantitativos comparáveis, o que limita a utilidade das informações divulgadas (Nicolo et al., 2025; Verawaty et al., 2025).

Em suma, as evidências sugerem que organizações dotadas de estruturas de governança robustas e de integração entre a gestão de riscos climáticos e a estratégia corporativa apresentam capacidade de adaptação a choques climáticos e regulatórios (Wahyuni, 2025; Setiawan et al., 2025). Entretanto, Syamsuri, Pakartipangi e Kamila (2026) relatam que a mensuração da resiliência financeira permanece incipiente, baseada em *proxies* e desprovida de padronização metodológica. A Tabela 4 sintetiza os principais riscos climáticos.

Tabela 4: Riscos climáticos e impactos econômico-financeiros

Tipo de risco climático	Impactos econômico-financeiros	Contextos	Estudos
Riscos de transição	Aumento de custos regulatórios e operacionais; pressão sobre margens; impactos potenciais sobre valor de mercado;	Mercados emergentes e empresas intensivas em carbono	Dewi e Kamiliya (2025); Wahyuni (2025); Setiawan et al. (2025); Kamiliya (2025); Ismail (2026); Syamsuri, Pakartipangi e Kamila (2026)
Riscos físicos	Potenciais perdas de ativos; riscos à continuidade operacional; impactos indiretos sobre liquidez e solvência decorrentes de eventos climáticos extremos	Contextos regionais específicos, Sudeste Asiático	Siregar et al. (2025); Harahap et al. (2024); Dewi e Kamiliya (2025)
Riscos físicos e de transição (combinados)	Reconhecimento formal de impactos financeiros sem mensuração quantitativa; dificuldade de integração com demonstrações financeiras	Estudos globais	Syamsuri, Pakartipangi e Kamila (2026); Ismail (2026); Verawaty et al. (2025); Nicolo et al. (2025)

Fonte: dados da pesquisa (2026)

A sistematização das evidências indica que, embora os impactos financeiros associados aos riscos climáticos sejam reconhecidos, sua mensuração objetiva, verificável e comparável ainda representa um desafio. A maioria dos estudos identifica efeitos potenciais ou associações estatísticas, porém carece de modelos analíticos consistentes que permitam quantificar esses impactos de forma homogênea entre organizações (Ismail, 2026; Syamsuri; Pakartipangi; Kamila, 2026).

Em síntese, os resultados demonstram que os riscos de transição predominam nas investigações sobre a IFRS S2, refletindo as pressões regulatórias e de mercado no estágio atual de adoção do *disclosure* climático. Apesar do reconhecimento dos efeitos econômico-financeiros associados aos riscos climáticos, persistem limitações metodológicas relacionadas à mensuração, à integração com informações financeiras e à comparabilidade dos dados divulgados.

4.4 Perspectiva institucional e heterogeneidade dos resultados

A análise dos resultados sob a perspectiva institucional evidencia que a adoção das IFRS S1 e S2 é condicionada pelos ambientes institucionais nos quais as organizações estão inseridas, contribuindo para a heterogeneidade observada nos padrões de *disclosure* e na qualidade da informação divulgada. Os estudos convergem ao indicar que diferenças entre países, setores e contextos regulatórios explicam a coexistência de práticas de adoção simbólica e de incorporação substantiva das normas emitidas pelo ISSB (Carreira; Silva; Cêpeda, 2025; milhem, 2025).

Munir e Pratama (2025) e Akinyomi e Bamwa (2025) indicam que a existência de regulações nacionais, recomendações de órgãos reguladores ou exigências de bolsas de valores estimula o alinhamento normativo, ainda que resulte em *disclosures* formais. Nesses contextos, a conformidade atende expectativas externas de legitimidade, sem promover alterações estruturais nos sistemas internos de gestão e mensuração.

Carreira, Silva e Cêpeda (2025) destacam que ambientes institucionais caracterizados por maturidade regulatória e tradição em *disclosure* de sustentabilidade favorecem níveis elevados de padronização e consistência informacional. Contudo, mesmo nesses contextos, persistem limitações relacionadas à mensuração de métricas e à integração entre informações ESG e desempenho financeiro, indicando que a pressão normativa, isoladamente, não assegura a incorporação substantiva das normas.

As pressões miméticas emergem como mecanismo explicativo adicional em ambientes marcados por incerteza normativa e informacional. Milhem (2025) argumenta que, diante da recente institucionalização das IFRS S1 e S2, organizações replicam práticas de pares percebidos como legítimos ou bem-sucedidos, resultando em padrões de *disclosure* semelhantes, porém não alinhados à realidade operacional e financeira das entidades. Evidências de adoção mimética também são observadas por Hatane et al. (2025), que associam a replicação de modelos de reporte à busca por aceitação institucional.

A heterogeneidade entre países e setores evidencia o papel explicativo do ambiente institucional. Estudos como os de Munir e Pratama (2025) e Akinyomi e Bamwa (2025), indicam a prevalência de adoção simbólica, associada a limitações técnicas, restrições de capacidade organizacional e menor *enforcement* regulatório. Em contraste, pesquisas desenvolvidas em contextos institucionais estruturados evidenciam avanços incrementais na qualidade do *disclosure* (Carreira, Silva; Cêpeda, 2025).

Nesse sentido, a adoção simbólica manifesta-se por meio do alinhamento formal aos requisitos das IFRS S1 e S2, com ênfase na estrutura e na terminologia do reporte, mas com baixa integração aos processos decisórios e à gestão de riscos. A adoção substantiva, menos frequente, pressupõe a incorporação da lógica das normas aos sistemas de governança, à estratégia organizacional e à mensuração de desempenho, sendo favorecida por ambientes institucionais maduros e por estruturas de governança robustas (Hatane et al., 2025; Milhem, 2025). A Tabela 5 sintetiza as pressões institucionais.

A análise integrada das evidências aponta que a governança corporativa desempenha papel moderador na relação entre pressões institucionais e qualidade do *disclosure*. Carreira, Silva e Cêpeda (2025) e Hatane et al. (2025) indicam que organizações com estruturas de governança desenvolvidas respondem de forma consistente às pressões coercitivas, normativas e miméticas, reduzindo a probabilidade de adoção simbólica e ampliando a utilidade informacional do *disclosure*.

Tabela 5: Pressões institucionais e padrões de adoção das IFRS S1 e S2

Tipo de pressão institucional	Evidência empírica identificada	Padrão de adoção observado	Estudos associados
Coercitiva	Exigências regulatórias, recomendações de órgãos supervisores e demandas de mercados de capitais impulsionam o alinhamento formal às IFRS S1 e S2	Conformidade formal e adoção simbólica, com baixa integração aos sistemas internos de gestão e mensuração	Munir e Pratama (2025); Akinyomi e Bamwa (2025); Wahyuni (2025); Ismail (2026)
Normativa	Influência de organismos profissionais, auditorias, consultorias e padrões internacionais promove padronização estrutural do *disclosure*	Tendência à incorporação parcial, com avanços em governança e estratégia, mas persistência de	Carreira, Silva e Cêpeda (2025); Nicolo et al. (2025); Verawaty

Tipo de pressão institucional	Evidência empírica identificada	Padrão de adoção observado	Estudos associados
		fragilidades em métricas e integração financeira	et al. (2025); Hatane et al. (2025)
Mimética	Replicação de práticas de reporte adotadas por organizações percebidas como legítimas, em contextos de incerteza normativa e técnica	Adoção simbólica, com homogeneização textual e limitada utilidade decisória	Milhem (2025); Hatane et al. (2025); Pratama et al. (2025)

Fonte: dados da pesquisa (2026)

Em suma, os resultados demonstram que a heterogeneidade na adoção das IFRS S1 e S2 é explicada pelas diferenças nos ambientes institucionais, pelas combinações específicas de pressões coercitivas, normativas e miméticas, e pelo grau de maturidade da governança corporativa. A recorrência de práticas de adoção simbólica demonstra que a convergência normativa não implica, necessariamente, convergência substantiva na qualidade do *disclosure*, evidenciando a necessidade de abordagens analíticas que considerem fatores institucionais, organizacionais e informacionais.

5 Considerações finais

Este estudo teve como objetivo examinar, por meio de uma revisão sistemática da literatura, a forma como as IFRS S1 e S2 vêm sendo adotadas em diferentes contextos institucionais, com ênfase na qualidade do *disclosure*, na utilidade decisória da informação e nas implicações econômico-financeiras associadas aos riscos climáticos. Os resultados obtidos indicam que o objetivo proposto foi alcançado, ao possibilitar uma compreensão integrada dos estágios de adoção identificados.

No que se refere à lacuna de pesquisa, os achados evidenciam que, embora a criação do ISSB e a emissão das IFRS S1 e S2 representem um avanço no processo de padronização do *disclosure* de sustentabilidade, ainda se observa carência de sistematizações críticas para distinguir entre conformidade normativa e utilidade informacional. Ao articular evidências relativas aos estágios de adoção, à qualidade da informação, aos riscos climáticos e às pressões institucionais.

Os resultados indicam que a adoção das IFRS S1 e S2 se manifesta de maneira incremental e heterogênea, refletindo distintos níveis de maturidade institucional, regulatória e organizacional. Em estágios de conformidade formal e de incorporação parcial, nos quais se observa alinhamento estrutural aos requisitos normativos, mas com fragilidades relacionadas à integração das informações de sustentabilidade aos sistemas financeiros. A adoção substantiva, capaz de influenciar a gestão, a governança e a tomada de decisão, permanece restrita, evidenciando avanços normativos e limitações operacionais.

No que concerne à qualidade informacional, as lacunas concentram-se nas dimensões de métricas e metas, configurando o gargalo da implementação das normas do ISSB. Apesar do reconhecimento da materialidade financeira dos fatores ESG e climáticos, apontam-se dificuldades na conversão desses fatores em indicadores mensuráveis. No âmbito da IFRS S2, observa-se a recorrência dos riscos de transição nas análises, enquanto os riscos físicos a serem tratados de forma menos sistemática. A mensuração dos impactos econômico-financeiros dos riscos climáticos permanece limitada por fragilidades metodológicas e pela ausência de modelos padronizados.

Sob a ótica institucional, a heterogeneidade na adoção das IFRS S1 e S2 é explicada pela combinação de pressões coercitivas, normativas e miméticas. As pressões coercitivas atuam como indutor inicial da adoção, mas geram práticas simbólicas quando não acompanhadas de mecanismos de *enforcement*. As pressões normativas contribuem para a padronização do *disclosure*, enquanto as pressões miméticas favorecem a replicação de práticas legitimadas no campo organizacional. Nesse contexto, a governança corporativa emerge como elemento moderador da qualidade informacional. Em síntese, apesar dos avanços promovidos pelo ISSB, a implementação das normas ainda demanda amadurecimento técnico, regulatório e organizacional.

As contribuições do estudo concentram-se, no plano teórico; a pesquisa integra as IFRS S1 e S2 à perspectiva institucional, oferecendo uma explicação para a heterogeneidade da adoção a partir das pressões coercitivas, normativas e miméticas. Evidenciam-se a centralidade dos riscos de transição, o reconhecimento dos impactos financeiros e as limitações persistentes na mensuração desses efeitos.

Pesquisas futuras podem avançar para estudos empíricos longitudinais que acompanhem a evolução da adoção das IFRS S1 e S2 ao longo do tempo, bem como investigações comparativas entre países e setores, para aprofundar a compreensão do papel do ambiente institucional. Esses esforços visam viabilizar a transição de uma adoção simbólica para uma incorporação substantiva do *disclosure* de sustentabilidade.

Referências

AMELIA, M.; DJAKMAN, C. Gap analysis in implementing IFRS S1 and IFRS S2: a case study at Bank X in Indonesia. *International Journal of Economics Development Research*, v. 5, n. 4, p. 210–224, 2024. DOI: https://doi.org/10.35552/0247.39.3.2325.

AKINYOMI, O. J.; BAMWA, B. Gender diversity and sustainability reporting in Nigeria: a literature review. *Journal of Accounting, Business and Social Sciences (JABSS)***,** v. 9, n. 2, p. 152–166, 2025. Disponível em: https://jabss.org/upload/5968. Acesso em: 3 fev. 2026.

ATMADYA, A. H. Governance, strategy, and sustainability: the effect of sustainability committees on ESG scores in Indonesia. Owner: *Riset & Jurnal Akuntansi*, v. 9, n. 4, 2025. DOI: https://doi.org/10.33395/owner.v9i4.2828.

CARREIRA, F.; SILVA, A.; CEPÊDA, C. Does profitability support sustainability? Examining the influence of financial performance and ESG controversies on ESG ratings. *Systems***,** v. 13, art. 848, 2025. DOI: https://doi.org/10.3390/systems13110848.

DELGADILLO, V. M. C.; DÍAZ-PEÑA, L. C. Real options for IFRS-S1 and S2 2024 mandatory disclosures: an alternative approach to capital budgeting valuation. *Journal of Risk and Financial Management*, v. 18, n. 1, art. 47, 2025. DOI: https://doi.org/10.3390/jrfm18010047.

DEWI, M.; KAMILIYA, A. IFRS sustainability standards implementation readiness: does board of directors matters? *Journal of Auditing, Finance, and Forensic Accounting*, v. 13, n. 1, p. 91–109, 2025. DOI: https://doi.org/10.21107/jaffa.v13i1.29839.g11105.

FALOORE, S. Carbon accounting and ESG compliance: an IFRS S1 and S2-based assessment of Nigeria's cement industry. *SSRN***,** 2025. Disponível em: https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.5708162. Acesso em: 3 fev. 2026.

FRENDY, F.; YOSHIKA, T.; SAKA, C. Value relevance and determinants of Japanese firms' pro-forma conformance to the IFRS S2 climate-related disclosures. *SSRN***,** 2025. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=4880164. Acesso em: 3 fev. 2026.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

HARAHAP, H. M.; DANUT, Y.; ARITONANG, R.; YULITA, W.; RAMADHAN, Y. Evaluation of the implementation of IFRS S1 and IFRS S2 in banking sector sustainability reporting for the 2023 period. Enrichment**:** *Journal of Multidisciplinary Research and Development*, v. 2, n. 8, 2024. DOI: https://doi.org/10.55324/enrichment.v2i8.215.
HATANE, S. E.; ANGELINE, T.; ADIKARJO, A. D.; WRIGHT, J.; PURNAMAWATI, I. G. A. New evidence of green initiatives on firm values in ASEAN**.** *Journal of ASEAN Studies*, v. 13, n. 1, p. 231–255, 2025. DOI: https://doi.org/10.21512/jas.v13i1.12684.
HIDAJAT, N. C.; ABIGAIL, T. E.; TERENCE, W. Persepsi mahasiswa akuntansi terhadap pelaporan keberlanjutan perusahaan di Indonesia. *Advances in Management & Financial Reporting*, v. 3, n. 3, p. 272–288, 2025. DOI: https://doi.org/10.60079/amfr.v3i3.527.
ISMAIL, M. A. A. The ESG valuation gap: a comparative study of Egyptian and Saudi listed companies. *Alexandria Journal of Accounting Research*, v. 9, n. 1, p. 1–29, 2026. DOI: https://doi.org/10.21608/aljalexu.2026.477372.
MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
MILHEM, J. J. Sustainability disclosure standards IFRS S1 and S2, readiness for implementation: case of Palestinian listed companies. *An-Najah University Journal for Research – B*, 2025. Disponível em: https://journals.najah.edu/media/journals/full_texts/324.PDF. Acesso em: 3 fev. 2026.
MUNIR, A. R.; PRATAMA, A. Emission performance, environmental disclosure, and firm value: evidence from Southeast Asia. *Risks*, v. 13, n. 12, art. 235, 2025. DOI: https://doi.org/10.3390/risks13100235.
NICOLO, G.; ZAMPONE, G.; SANNINO, G.; POLCINI, P. T. Ready for change after the omnibus package? Early compliance with the European sustainability reporting standards and its key determinants in the new regulatory era. *Business Strategy and the Environment*, v. 34, n. 7, p. 9040–9058, 2025. DOI: https://doi.org/10.1002/bse.70054.
PAGE, M. J. et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ*, v. 372, n. 71, 2021. DOI: https://doi.org/10.1136/bmj.n71.
PIZZI, S.; VENTURELLI, A.; CAPUTO, F. Restoring trust in sustainability reporting: the enabling role of the external assurance. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, v. 68, art. 101437, 2024. DOI: https://doi.org/10.1016/j.cosust.2024.101437.
PRATAMA, G. S.; SERAFINA, K.; SARENG, I. D.; RAMADHAN, Y. Implementation challenges and impacts of IFRS S1 and IFRS S2 on sustainability reporting quality: a systematic review of the mining industry (2022–2024). *International Journal of Accounting, Management, Economics and Social Sciences*, v. 3, n. 1, p. 36–50, 2025. DOI: https://doi.org/10.61990/ijamesc.v3i1.449.
SETIAWAN, A.; HARYANTO, H.; SOEDIBYO, A. N.; WIRAWAN, S.; DJAJADIKERTA, H.; FANINDA, S.; MARDIANA, M. Institutional translation and sectoral readiness: localizing IFRS S1 and S2 in Indonesia. 2025. DOI: https://doi.org/10.47857/irjms.2025.v06i04.06292.
SIREGAR, I. F.; ISMAIL, T.; TAQI, M.; SOLEHA, N. The impact of climate related risks on financial stability: a global economic and financial perspectives**.** *International Journal of Energy Economics and Policy*, v. 15, n. 1, p. 507–512, 2025. DOI: https://doi.org/10.32479/ijeep.17387.
SYAMSURI, L. M.; PAKARTIPANGI, W.; KAMILA, F. N. Sustainability reporting in emerging markets: an analysis of IFRS S1 and S2 implementation at Telkom Indonesia. *Architecture Image Studies*, v. 7, n. 1, p. 618–636, 2026. DOI: https://doi.org/10.62754/ais.v7i1.890.

WAHYUNI, P. D. The role of IFRS S1 and S2 in enhancing transparency and accountability of ESG reports: a systematic review. *Asian Journal of Economics, Business and Accounting*, v. 25, n. 1, p. 1–12, 2025. DOI: https://doi.org/10.9734/ajeba/2025/v25i11628.
VERAWATY; K. Developing sustainability disclosure indicators based on IFRS S1 & S2: are we ready? *Journal of Information Systems Engineering and Management*, v. 10, n. 5, p. 106–125, 2025. Disponível em: https://www.jisem-journal.com/. Acesso em: 3 fev.